

Márcia Kalume



Renan Calheiros, entre o ministro Nelson Jobim (E) e o senador Marco Maciel

Renan participa no STF de homenagem a acadêmicos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de sessão solene em que o Supremo Tribunal Federal (STF) homenageou dez ministros da corte que fizeram parte da Academia Brasileira de Letras (ABL). São eles Lúcio de Mendonça, Rodrigo Octavio Filho, Pedro Lessa, João Luís Alves, Ataúlfo de Paiva, Hermes Lima, Aníbal Freire, Cândido Motta Filho, Evandro Lins e Silva

e Oscar Dias Corrêa.

Além de Renan, estiveram presentes os dois atuais senadores que integram a academia, José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maciel (PFL-PE). O orador da sessão foi o ministro Eros Grau. Pela ABL, falou o acadêmico Alberto Venâncio Filho; pelo Supremo, o ministro Nelson Jobim; e, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Marcos Vinícios Vilaça.

Super-Receita é debatida em audiência hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje mais de uma rodada de discussões sobre o projeto de lei que cria a Super-Receita, elaborado pelo Executivo. Antes, a CAE deve votar proposta que trata do sistema de consórcios. **Página 5**

CCJ discute fundo para financiar a educação

A proposta de emenda constitucional que institui o Fundeb em substituição ao Fundef, para custear a educação básica no país, será discutida hoje pela Comissão de Justiça. Trata-se da terceira audiência pública sobre o assunto na comissão. **Página 5**

CPI dos Correios quer esclarecer contradições entre fala do publicitário no ano passado e informações fornecidas pela Promotoria de Nova York

Duda deve depor novamente amanhã

Em depoimento a portas fechadas, a CPI dos Correios deve ouvir amanhã o publicitário Duda Mendonça, que trabalhou na campanha eleitoral do então candidato Lula em 2002. É a segunda vez que ele depõe na CPI. Na primeira, em 11 de agosto do ano passado, Duda informou à comissão ter aberto conta no BankBoston nas Bahamas para receber por meio de caixa dois honorários por serviços prestados a campanhas do PT. Ao examinar documentos enviados pela Promotoria de Nova York, parlamentares



Célio Azevedo/Arquivo

Duda (à direita, com Delcídio Amaral) já falou à CPI, em 2005, sobre suas contas

integrantes da CPI detectaram contradições com o primeiro depoimento do publicitário.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio, afirmou ontem que ainda

faltam dados para fundamentar os questionamentos a Duda, cujo caso considerou um dos maiores gargalos do relatório a ser apresentado no dia 21.

Página 3

CPI dos Bingos pode votar convite a Paulo Bernardo

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pode ser convidado a depor na CPI dos Bingos. Hoje, a comissão parlamentar de inquérito vota requerimento do senador Antero Paes de Barros com esse objetivo. Em recente depoimento à CPI, Soraya Garcia, ex- assessora do PT em Londrina

(PR), acusou o ministro de ser um dos responsáveis pela utilização de caixa dois na campanha de reeleição do prefeito da cidade, Nelson Micheleti. Paulo Bernardo negou a acusação e chegou a anunciar que iria, de forma espontânea, depor na CPI, a fim de esclarecer o episódio. **Página 4**



Morello/Cosati/ABR

Paulo Bernardo já anunciou disposição de comparecer à CPI

COMISSÃO REINICIA EXAME DO RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DESTA ANO

Depois do acordo sobre a Lei Kandir, líderes precisam contornar insatisfações de estados não-exportadores

Recomeça discussão do relatório do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve continuar hoje, às 10h, a apreciação do relatório final da proposta orçamentária para 2006. Na reunião, será discutido o texto lido na semana passada depois que os líderes partidários formalizaram acordo para compensar as perdas dos estados exportadores com as isenções tributárias autorizadas pela Lei Kandir.

Pelo acordo, serão assegurados R\$ 5,2 bilhões para as compensações das isenções. Assim, seria alcançado o mesmo patamar do ano passado, como reivindicam os governadores. Para a despesa, que veio sem previsão na mensagem do governo, o relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), havia reservado apenas R\$ 3,4 bilhões. O adicional de R\$ 1,8 bilhão será obtido por duas vias: uma parcela de R\$ 900 milhões provenientes de cortes em emendas de bancadas e comissões e uma segunda parte, do mesmo valor, ficará condicionada a aumentos na arrecadação federal durante o ano.

Merss defende corte linear de 12,5% nas emendas, o que garantirá os R\$ 900 milhões cobrados pelos governadores e mais uma sobra de R\$ 74,5 milhões para despesas que, na sua avaliação, ainda necessitam de reforço. Ele quer ampliar, entre outros, os gastos com ações na esfera do Ministério da Defesa. O nível exato do corte depende de acerto que será buscado na reunião de hoje.

Negociações

Os líderes, no entanto, precisam contornar insatisfações de bancadas de estados não-exportadores, que nada ou pouco ganham com a aplicação da Lei Kandir e terão suas emendas para investimentos igualmente reduzidas. Há a hipótese de o colegiado preferir esperar o resultado de negociações que ocorrem, em paralelo, entre estados e o governo, em torno da regulamentação dos repasses.

O mais difícil é acertar as regras sobre a distribuição dos recursos entre os estados. Amanhã haverá em Brasília uma reunião que poderá ser decisiva, envolvendo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – que agrega os secretários de Fazenda – e a área fazendária federal. Como essa reunião pode vir a mudar o acordo firmado na CMO, admite Merss, o colegiado deve ficar em compasso de espera.

Pela proposição do relator, metade dos recursos seria repassada, em 2006, com base nos coeficientes da Lei Kandir. O encaminhamento da outra parte seguiria critérios da Lei de Fomento às Exportações (Lei 11.131/05) e da MP 271/05, já adotados para orientar a distribuição de uma parcela de R\$ 900 milhões no ano passado. Essa proposta conta com o apoio de estados exportadores de produtos primários e semi-elaborados, mas acarreta perdas para unidades como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário continua com pauta trancada

Às 14h, o Plenário retoma a análise das medidas provisórias e dos projetos de conversão que trancam a pauta de votações. Entre eles, o que cria cargos nas agências

reguladoras e adapta a legislação à criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e textos que liberam recursos extraordinários para órgãos públicos.



Nova rodada de audiências sobre Fundeb e Super-Receita

Prossegue nas comissões de Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) a discussão de dois projetos

polêmicos: a CCJ analisa, às 10h, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a CAE examina a Super-Receita, às 9h30.



Reuniões das CPIs dos Bingos e dos Correios

A CPI dos Bingos reúne-se às 11h para votar requerimentos e examinar convocações. No mesmo horário, a Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, ouve representantes da

companhia aérea Beta, contratada pelos Correios: Willer Giordano, Marco Antonio Pereira, Lauro Pasqualetto. Às 15h, depõe Roberto Naccache, da Mannesmann.

Proposta orçamentária para 2006 e salário mínimo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião às 10h para dar continuidade à discussão do relatório final da proposta orçamentária para 2006, apresentado pelo

deputado Carlito Merss (PT-SC). Às 11h, a Comissão Mista do Salário Mínimo debate a instituição de política permanente de reajuste do salário mínimo com pesquisadores

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (Dieese) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Erradicação do analfabetismo

A Comissão de Educação (CE) tem reunião marcada para as 11h. Entre os itens em discussão pelos senadores, está a proposta que destina recursos do Fundeb para a erradicação do analfabetismo.

Às 9h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa auditoria do TCU que avaliou o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE).



CRE vota acordos

Em reunião marcada para as 14h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa mais de 20 projetos, entre eles o que aprova o texto do acordo de cooperação assinado pelos governos do Brasil e do Chile, para usos pacíficos da energia nuclear.

Apoio à pessoa com deficiência

A Presidência da Casa lança às 15h30 o Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal e a campanha Com as Nossas Diferenças Somos Todos Iguais. Às 19h, a biblioteca do Senado sedia o lançamento do livro *Geraldo Alckmin – O Menino, o Homem, o Político*, de Acir Filló.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Flávio Arns, Ney Suassuna e Roberto Saturnino

Azeredo: IstoÉ faz acusação infundada e já esclarecida

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou ao Plenário ter enviado carta à revista *IstoÉ* contestando matéria publicada na semana passada, sob o título “Ministro no valerioduto”. Ele disse que a matéria “faz insinuações e afirmações infundadas, tratando como exclusivo um assunto que já foi exaustivamente e devidamente esclarecido – a campanha eleitoral de 1998”.

O senador afirma na carta que “os citados ‘documentos agora descobertos’ foram entregues à imprensa em outubro passado” e que, “ao contrário do que insinua *IstoÉ*, comprovam exatamente que o sr. Marcos Valério foi meramente reembolsado por um adiantamento que permitiu o pagamento de dívida com o ex-tesoureiro da campanha de 1998,



Para Azeredo, matéria sobre campanha de 1998 visa confundir opinião pública

já em vias de protesto”.

Azeredo acrescenta que “o documento que comprovaria suposta, absurda e fantasiosa movimentação financeira” na campanha de 1988, mencionado pela revista, “foi forjado pelo lobista Nilton Monteiro, autor de outras listas mentirosas e cujo prontuário criminal já foi amplamente divulgado”. Para o senador, o objetivo da matéria seria o de “misturar fatos, confundindo a opinião pública” e atentando contra a sua reputação e a do ministro Walfrido dos Mares Guia, do Turismo.

Petrobras deveria investir em projetos sociais, diz Agripino

José Agripino (PFL-RN) cobrou do governo maior compromisso da Petrobras com a área social. Ele argumentou que, em função dos altos lucros da estatal nos últimos anos, cerca de R\$ 40 bilhões, parte dos recursos deveria ser usada em investimentos contra a miséria no país.

– Diante de lucros exorbitantes, entendo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria imitar “seu amigo gêmeo siamês” Hugo Chávez, que administra a parte social do seu governo com recursos da Petróleos da Venezuela. Ou, então, pelo menos deveria baixar o preço da gasolina para os brasileiros – enfatizou o parlamentar.

Ao discutir o assunto, Agripino leu uma relação da evolução do preço do litro da gasolina em dólar, nos três anos do governo Lula. De acordo com os dados que apresentou, o preço do litro vem aumentando gradativamente



Agripino critica aumento gradativo do preço da gasolina durante governo Lula

de 2003 para 2006, independentemente de a Petrobras ter anunciado que o Brasil está prestes a atingir a auto-suficiência em produção de petróleo.

O senador também criticou o fato de a refinaria de petróleo anunciada para o Nordeste pelo Ministério de Minas e Energia estar sendo implantada em Pernambuco por influência do presidente da Venezuela. Conforme afirmou, Lula tentou agradar aos venezuelanos ao escolher o município de Abreu e Lima, cujo nome é uma homenagem ao general pernambucano que lutou ao lado do libertador Simon Bolívar. A Petróleos da Venezuela é sócia da Petrobras na nova refinaria.

Intenção dos parlamentares é esclarecer contradições entre o primeiro depoimento, sete meses atrás, e informações constantes de papéis enviados por promotoria norte-americana

CPI dos Correios deve ouvir Duda, novamente, amanhã

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios deve ouvir pela segunda vez, amanhã, o publicitário Duda Mendonça. O depoimento deve ser feito a portas fechadas, para preservar o sigilo das informações enviadas pela Promotoria de Nova York sobre as contas de Duda em paraísos fiscais. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), anunciou a apresentação de seu relatório no próximo dia 21, já com essas informações sobre o novo depoimento do publicitário.

Em 11 de agosto do ano passado, Duda Mendonça informou à CPI ter aberto conta no Bank-Boston nas Bahamas, em nome da empresa *offshore* Dusseldorf, para receber R\$ 10,5 milhões de caixa dois do PT. A CPI suspeita que existam outras contas dele no exterior. Após análise inicial dos documentos sigilosos sobre a Dusseldorf na sede do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) – órgão do Ministério da Justiça –, os parlamentares detectaram contradi-



No ano passado, Duda (à direita, ao lado de Delcídio) explicou contas nas Bahamas

ções entre os dados fornecidos no depoimento e as informações contidas nos papéis.

Audiências

Nesta semana, as sub-relatorias de Contratos, de Normas de Combate à Corrupção e do IRB-Brasil vão realizar as últimas audiências. Hoje, a partir das 11h, o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), deve ouvir Willer Jordano, Marco Antônio Pereira e Lauro Pasqualetto, todos da Brazilian Express Transportes

Aéreos (Beta). Às 15h, está agendada a audiência de Roberto Naccache, da metalúrgica Mannesman, sobre quem pairam suspeitas de doações, por meio de caixa dois, para campanhas eleitorais. A Sub-Relatoria do IRB deve ouvir, às 12h, o ex-diretor financeiro do IRB José Eduardo Batista.

Ainda hoje, às 10h, o sub-relator de Normas de Combate à Corrupção, Onyx Lorenzoni (PFL-RS), ouve Clênio Beluco, perito da Polícia Federal.

Faltam informações sobre depoente, diz Serraglio

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, afirmou, ontem, que faltam informações para fundamentar os questionamentos que devem ser feitos amanhã ao publicitário Duda Mendonça, em depoimento que, segundo confirmou Serraglio, será feito a portas fechadas.

A CPI esperava receber, na última sexta-feira, documentos da Procuradoria Distrital de Nova York, do Financial Crimes Enforcement Network (Fincen)

e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica (DRCI) sobre as contas do publicitário no exterior. No entanto, o relator disse que essas informações não chegaram ao seu conhecimento.

– É uma dificuldade com a qual vamos ter que lidar. Se eu tivesse todas as contas analisadas, talvez não precisasse ouvi-lo – observou Serraglio.

Nesta segunda, Duda impetrou *habeas corpus* no Supremo Tri-

bunal Federal (STF), com pedido de liminar, para não ser obrigado a assinar termo de compromisso como testemunha e se manter em silêncio em caso de risco de auto-incriminação.

O “caso Duda Mendonça” será, para Serraglio, um dos maiores gargalos do relatório final. “Muitas questões precisarão ser ampliadas, completadas, até porque nós não somos uma instância que exaure a investigação”, acrescentou o relator.

Arthur Virgílio aponta “incompetência” e “desgoverno” da gestão Lula

Fatos recentes ocorridos no país e noticiados pela imprensa alimentaram críticas de Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao governo Lula. Ele citou textos jornalísticos que traduziriam o “desgoverno” da gestão petista sobre a operação dos militares no Rio de Janeiro, as últimas invasões do

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a viagem do presidente Lula à Inglaterra e a investigação da movimentação bancária de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, que teria pago contas pessoais do presidente da República.

– A incompetência e a corrup-

ção são a marca deste governo, manifestadas pelo caos na segurança pública e pelo furor com que se defende o sigilo bancário de Okamoto – afirmou.

O tucano também classificou o Instituto Cidadania, que já foi coordenado por Lula, como uma “cloaca”, levantando suspeição

sobre suas relações com o atual governo. Ainda sobre supostos desvios praticados pelo PT, Virgílio, apoiado em aparte por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse acreditar mais na “existência de Papai Noel do que no desconhecimento dessas irregularidades pelo presidente”.



“Caos na segurança pública” foi um dos problemas citados por Arthur Virgílio



Fotos: Rosewell Pinheiro
Para Tourinho, projeto do Executivo se contrapõe à Lei do Gás, de sua autoria

Tourinho critica governo por manter monopólio do gás

Em pronunciamento ontem, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) reclamou da apresentação pelo governo de projeto com o objetivo de garantir a manutenção do monopólio da exploração do gás natural pela Petrobras. De acordo com o senador, a matéria se contrapõe à proposta de sua autoria (PLS 226/05) que estabelece a regulamentação sobre exploração e comercialização do gás no país, a chamada Lei do Gás, quebrando o monopólio.

Tourinho citou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a intenção do governo de preservar o monopólio da estatal, ao tentar suspender a tramitação da sua proposta. Segundo o editorial, o projeto do Executivo não esconde a posição do governo contra a quebra do monopólio e dá à Petrobras controle quase absoluto sobre o produto.

Na análise do jornal, citada pelo parlamentar, os dois projetos seriam antagônicos. O editorial, informou, analisa “ponto por ponto” os conflitos existentes entre eles, demonstrando o temor do governo de sofrer uma derrota no Congresso Nacional, caso o projeto do Senado seja aprovado.

Entendimento

Tourinho disse que foi surpreendido com a apresentação do projeto pelo Executivo, pois estava em curso uma negociação entre ele, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. Segundo informou, os três estavam procurando flexibilizar as adaptações devido à complexidade do projeto. Ele garantiu que pretende continuar a negociação com vista à aprovação de seu projeto.

O parlamentar culpou o governo por ignorar que o mercado controlado pela estatal está mal servido de gás. O Executivo, afirmou, poderia atrair empresas estrangeiras com empréstimos a baixo custo, mas acaba retardando decisões de investimento de empreendedores privados.

Ministro, acusado de envolvimento com uso de caixa dois em Londrina, se dispôs a esclarecer denúncias. Comissão também vota nova convocação de Paulo Okamoto

CPI dos Bingos decide hoje se chama Paulo Bernardo

A CPI dos Bingos deve votar hoje requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que convida para depor o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Em recente depoimento à CPI, Soraya Garcia, ex-assessora do PT em Londrina (PR), acusou o ministro de ser um dos principais responsáveis pela utilização de caixa dois na campanha de reeleição do prefeito daquela cidade, Nedson Micheleti. Ainda segundo Soraya, o diretório municipal do PT teria recebido R\$ 400 mil provenientes da Itaipu Binacional, empresa da qual a esposa do ministro é diretora-financeira desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na época, Paulo Bernardo

negou com veemência as acusações e enviou correspondência ao presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), colocando-se à disposição para falar aos senadores a fim de esclarecer o episódio.

Pagamentos

Ainda na reunião de hoje, a CPI dos Bingos deve votar requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) que convoca para depor, pela segunda vez, o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto. Ele deverá explicar o pagamento de uma fatura em nome da filha do presidente Lula, Lurian Cordeiro. Na primeira vez que depôs na CPI, Okamoto garantiu que pagou do próprio

bolso e em dinheiro uma dívida do presidente Lula no valor de R\$ 29 mil. A oposição defende a quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, o que tem sido negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os membros da comissão devem votar, ainda, outro requerimento de Antero de Barros que pede uma acareação entre Okamoto e Paulo de Tarso Veneslau, ex-membro do PT.

Até o encerramento dos trabalhos, em 24 de junho, a CPI dos Bingos pode ouvir o bicheiro João Arcanjo Ribeiro – o Comendador –, extraditado no sábado do Uruguai para o Brasil. Há a suspeita de que ele esteja ligado à morte do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

Antero repudia acusações da *Carta Capital* sobre uso de dinheiro ilícito

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) repudiou ontem, em Plenário, denúncia publicada pela revista *Carta Capital*, na semana passada, de seu envolvimento com João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, bicheiro acusado de ter ordenado o assassinato de mais de 30 pessoas em Mato Grosso e de ter cometido crime de lavagem de dinheiro, no qual estaria envolvido o PSDB estadual. João Arcanjo e Antero, segundo as denúncias, teriam “irrigado campanhas eleitorais” do partido com dinheiro ilícito, em 2002.

O senador informou que pretende prestar queixa-crime à polícia e entrar na Justiça com ação cível e criminal contra os diretores da revista, além de exigir o direito de resposta que a Constituição lhe confere. Ele afirmou ainda que irá propor projeto de lei aumentando o prazo de prescrição da queixa-crime, que hoje é de dois anos.

Antero negou as informações divulgadas pela revista de que três cheques, inicialmente depositados em conta do PSDB estadual, teriam sido descontados pela empresa Vip Factoring, pertencente a



Antero informa que deve mover ação cível e criminal contra diretores da revista

João Arcanjo. Os cheques, disse, teriam sido contabilizados pelo comitê de campanha do partido e declarados na prestação de contas à Justiça Eleitoral que, frisou, teria sido aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral do estado.

ACM volta a pedir quebra de sigilo de Paulo Okamoto

“Okamoto é o Fiat Elba do presidente Lula”, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), citando frase do ex-deputado Roberto Jefferson em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* e fazendo referência ao carro que teria sido presenteado ao então presidente Fernando Collor pelo seu tesoureiro de campanha, Paulo



Denúncia de *Veja* contra o presidente do Sebrae foi citada por Antonio Carlos

César Farias.

Ao mencionar reportagens publicadas por jornais e revistas no último fim de semana, o senador voltou a pedir que a

CPI dos Bingos convoque para depor e quebre os sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). De acordo com a revista *Veja*, Okamoto teria saldado dívidas de R\$ 26 mil da filha de Lula, Lurian Cordeiro, e de R\$ 29 mil, do próprio presidente. Ainda segundo *Veja*, o presidente do Sebrae teria feito uma doação de R\$ 24,8 mil para a campanha do deputado Vicentinho (PT-SP) à prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), em 2004.



Lançamento, hoje, de campanha pelo Senado é elogiado por Flávio Arns

Arns destaca ações em prol da pessoa com deficiência

Ao destacar o lançamento, pelo Senado Federal, do Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência e da campanha Com as Nossas Diferenças Somos Todos Iguais, o senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou ontem em Plenário os esforços da Casa em prol da pessoa com deficiência. O parlamentar explicou que as duas iniciativas fazem parte de um cronograma de providências que serão adotadas para facilitar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, tanto servidores como visitantes, às dependências do Senado. – Somos todos iguais, somos todos seres humanos, com cidadania, com direitos de plena realização – sustentou o parlamentar, em discurso da tribuna.

Flávio Arns comentou sobre o trabalho realizado por comissões criadas no Senado para valorizar os portadores de deficiência e para tornar o prédio, inclusive o Plenário, acessível “do ponto de vista físico e arquitetônico, sem barreiras que impeçam o deslocamento das pessoas”. Em aparte, Heloísa Helena (PSOL-AL) pleiteou que a TV Senado transmita as sessões da Casa também na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), para atender a uma demanda dos deficientes auditivos. A senadora por Alagoas ainda pediu o estabelecimento de uma cota para que cada senador possa solicitar, à gráfica do Senado, publicações em braile. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu também a aprovação de projeto de sua iniciativa tratando do acesso dos deficientes físicos aos cargos públicos.

A solenidade de lançamento do programa e da campanha está marcada para as 15h30 de hoje, no Salão Nobre do Senado Federal, e deverá contar com a presença do presidente da Casa, Renan Calheiros.



Comissão de Assuntos Econômicos abre reunião com análise do projeto sobre consórcios

Projeto da Super-Receita é debatido em nova audiência

Mais uma rodada de discussão sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/06, que cria a Super-Receita, será realizada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência pública. A CAE reúne-se a partir das 9h30 para votar projeto de lei do Senado que trata do sistema de consórcios e, em seguida, na segunda parte da reunião, realizará a audiência sobre a Super-Receita.

Estão convidados para participar do debate o diretor-tesoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Vladimir Rossi Lourenço; o deputado federal Carlos Mota (PSB-MG); os ex-secretários da Receita Federal Osiris Lopes Filho e Everardo Maciel; a presidente da Associação Nacional dos Servidores Administrativos da Secretaria da Receita Previdenciária (Unaslaf), Simone Melo; o representante da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e

Assistência Social (Fenasps), Jorge Patrício Fagundes Pires; e o presidente da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Fenafisp), Renato Albano Júnior.

De forma geral, a matéria centraliza a arrecadação de tributos e contribuições sociais da União – previdenciárias e da Receita Federal – nesse único órgão.

Centralização

Na primeira parte da reunião, está prevista a discussão e votação, em turno suplementar, da Emenda nº 2, na forma de substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 533/03, que trata do sistema de consórcios. O projeto é de autoria de Aelton Freitas (PL-MG) e tem como relator Gerson Camata (PMDB-ES).

O substitutivo prevê formas de regulamentar essa atividade econômica, regular as operações e preservar os interesses dos consorciados que cumprirem integralmente seus compromissos.

Amir Lando pede cuidado no exame da Super-Receita

Amir Lando (PMDB-RO) clamou ontem os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a analisarem com cuidado o projeto de lei da Câmara que cria a Super-Receita. O senador ressaltou a necessidade de se criar no país um órgão arrecadador de tributos que seja blindado a ações políticas dos diversos governos.

– Não podemos nos apressar na apreciação desse projeto. Temos que buscar o melhor para aperfeiçoá-lo, a fim de criar um órgão que tenha caráter permanente e definitivo na construção de um Estado moderno – disse.

Ele observou ainda que os agentes fiscais, tais como auditores e técnicos da Receita Federal, devem ser apenas executores da



Lando quer criação de órgão que seja blindado a ações políticas dos governos

lei em exercício, e não os edificadores da legislação tributária.

– Ora, é nisso que temos que avançar no Brasil. Hoje sabemos que os autos de infração não surgem da lei, mas muito mais da vontade dos próprios agentes fiscais. Eles é que detêm essa hegemonia absoluta de conduzir, do ponto de vista pessoal, o processo tributário – lembrou.

Em aparte, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apoiou o pronunciamento de Amir Lando.

Pauta da Comissão de Constituição e Justiça inclui exame do projeto de Antônio Carlos Valadares que institui os juizados especiais da Fazenda Pública

CCJ discute Fundeb hoje e vota indicação para o STM amanhã

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem, nesta semana, uma pauta de trabalho que inclui realização de audiência pública, sabatina de candidato a cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e votação de vários projetos. Hoje, a comissão realiza a terceira audiência pública para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Os convidados para a audiência são o prefeito de São Carlos (SP) e representante do grupo de trabalho de Educação pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Newton Lima Neto; a presidente da Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Maria Dutra Vieira; e a secretária municipal de Educação de Caxias do Sul (RS), Mariza Vasques de Abreu.

A primeira audiência pública, na terça-feira passada, contou com a presença de representantes de confederações, associações e sindicatos ligados à educação. Na segunda reunião, na quinta-feira, os senadores ouviram o governador de Sergipe, João Alves Filho; o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza; e o ex-secretário de Fazenda da Bahia Albérico Machado Mascarenhas.

STM

Amanhã, a CCJ deverá votar mensagem da Presidência da República que indica Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

O candidato à vaga, que desde 2003 ocupa o cargo de secretário-executivo do Ministério da Justi-

ça, deverá ser sabatinado antes da votação, que será secreta. A matéria constava da pauta da última semana, mas sua deliberação foi adiada por questão de ordem de Almeida Lima (PMDB-SE): Ferreira Barreto não apresentava dez anos de efetiva atividade profissional como advogado.

Também amanhã, a comissão deve votar, em turno suplementar, substitutivo do senador João Batista Motta (PSDB-ES) a projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui os juizados especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais e dos juizados especiais federais.

Está ainda na pauta da CCJ substitutivo de Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que institui a mediação como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil (PLC 94/02).

José Jorge teme que novo fundo reduza gasto por aluno

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou da tribuna para o risco de queda no gasto por aluno após a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb encontra-se em exame no Senado e José Jorge é o relator da matéria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Fundeb vai substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), criado em 1996. O Fundef destina verbas estaduais, municipais e federais para melhoria do ensino da 1ª à 8ª série. Já o novo Fundeb vai estender os benefícios aos alunos dos ensinos infantil e médio.

O Fundef atende hoje a 30 milhões de alunos e, com a ampliação, pode chegar a 50 milhões. Para isso, o fundo passará a contar com mais dinheiro estadual, municipal e federal. O problema, conforme o senador José Jorge, é que o governo federal tem destinado, a cada ano, menos dinheiro ao fundo. Enquanto estados e



José Jorge observa que governo destina a cada ano menos recursos para fundo

municípios participam com R\$ 30 bilhões, a União vem direcionando ao Fundef “irrisórios 400 milhões de reais”, informou.

Pela lógica, continua José Jorge, com mais alunos no sistema deveria haver mais dinheiro, especialmente federal, mas não há no projeto garantia quanto a isso. Para tentar evitar o pior, de acordo com o parlamentar, já existe até uma emenda ao projeto do Fundeb que proíbe qualquer redução do gasto por aluno. Os senadores já fizeram duas audiências públicas para discutir o assunto e ainda podem ser realizadas outras antes da votação, informou o relator.

Mão Santa volta a criticar a carga tributária do país

Mão Santa (PMDB-PI) criticou, mais uma vez, a carga tributária do país. Como já fez em outras ocasiões, o parlamentar comparou a atual tributação ao “quinto” cobrado no século 18 pela Coroa portuguesa sobre a exploração brasileira de ouro.

– Somos vítimas dos mais altos tributos. Mas agora quem faz a cobrança é o governo do PT. São 76 tributos.

O “quinto” correspondia a 20% da produção de ouro do Brasil, que, na época, ainda era colônia de Portugal. A pesada cobrança da metrópole, entre outros fatores, motivou revoltas como a Inconfidência Mineira.

– Dos 12 meses em que as pessoas passam trabalhando em um ano, praticamente seis são dedicados para pagar os impostos – afirmou Mão Santa.



Para Heloísa Helena, o salário mínimo justo deveria ser de R\$ 571

Heloísa: impacto de mínimo de R\$ 571 seria pequeno

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que um salário mínimo de R\$ 571 beneficiaria mais de 400 mil brasileiros (que ganham até 1,5 salário mínimo) e teria impacto reduzido nas folhas de pagamento federal, estaduais e municipais. Para ela, o valor justo contemplaria a recomposição das perdas devido à inflação (19%), e um aumento real de 20%.

– Se aumentassem em 0,5% o Fundo de Participação dos Municípios, ou se reduzissem em 0,1% o superávit, seria possível que o mínimo fosse para R\$ 571 em 1º de maio, cumprindo-se a promessa de campanha de Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo – disse.



Alvaro diz que governo dá mostras de ser contra as agências reguladoras

Alvaro quer agências reguladoras independentes

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) falou ontem sobre a importância do investimento privado para o desenvolvimento nacional, mas salientou que, para que isso ocorra, o país precisa de agências reguladoras independentes.

– Estamos entrando num processo de desindustrialização precoce – observou ele.

O parlamentar criticou Lula por ter afirmado em programa de rádio que o governo quer atrair investimentos dos ingleses.

– O investimento inglês no Brasil vem caindo a cada ano. Em vez de comentários inócuos, cabe uma ação objetiva para dar segurança aos investidores estrangeiros – disse.

Presidente do Senado, que participou das cerimônias, diz que foi emocionante a posse da primeira mulher a assumir a Presidência do Chile

Bachelet virá a Brasília ainda neste semestre, anuncia Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ao Plenário que a nova presidente do Chile, Michelle Bachelet, visitará oficialmente o Brasil ainda neste semestre, quando inclusive será recebida no Congresso Nacional. Renan participou das cerimônias de posse de Bachelet no sábado, a convite do então presidente do Senado chileno, Sérgio Romero.

Renan Calheiros afirmou que a cerimônia foi emocionante, não só por ser a primeira mulher a ocupar a Presidência daquele país, mas também pelo passado de Bachelet e de sua família. Ela é filha de um auxiliar próximo do presidente Allende, o general-de-brigada da Força Aérea Alberto Bachelet, que morreu na prisão durante o governo militar que se seguiu ao golpe.

Bachelet foi ministra da Defesa do governo Ricardo Lagos, quando, observou Renan, “promoveu uma reconciliação definitiva entre civis e militares, cicatrizando velhas feridas, com o pensamento



Renan destaca que comércio entre Brasil e Chile aumentou 35% no ano passado

no futuro”. A nova presidente também é responsável por um programa de saúde para o Chile.

– Sua posse marcou um grande momento democrático de uma país que soube superar, de forma notável, 17 anos de regime de exceção – ressaltou Renan.

Ele lembrou que Bachelet substituiu o presidente Ricardo Lagos, que deixou o governo com um índice de popularidade superior a 70%, “uma popularidade facil-

mente justificável”, graças aos resultados exemplares obtidos na economia e na modernização do Chile. Nos últimos dez anos, a economia chilena cresceu na faixa de 8% ao ano.

Depois de recordar que o comércio entre o Brasil e o Chile aumentou 35% no ano passado, o presidente do Senado disse que há crescente interesse na realização de investimentos de parte a parte.

Renan prega diálogo no PMDB em lugar das prévias

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), defendeu ontem a escolha do candidato do PMDB a presidente da República por meio “da conversação e do consenso”, em vez da realização das prévias marcadas para o próximo dia 19. Renan falou à imprensa logo após solenidade no Supremo Tribunal Federal (STF) em homenagem aos membros da Academia Brasileira de Letras que também integraram a corte constitucional.

– Se depender de mim, continuaremos conversando – disse Renan, para quem a decisão com base no diálogo e na negociação fortalecerá o partido.

Embora enfatizando o caráter democrático das prévias, o presidente do Senado ponderou que ainda é cedo para realizá-las. Principalmente em razão das incertezas em torno do modelo de alianças que valerá para o próximo pleito, decisão que caberá ao Supremo Tribunal Federal.



Ideli: 12 hospitais de SC poderão realizar atendimento cardiovascular complexo

Ideli aponta avanços na área da saúde

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou ontem que 12 hospitais de Santa Catarina foram credenciados pelo Ministério da Saúde para realizar atendimentos de alta complexidade cardiovascular. Ela afirmou que o credenciamento teve “repercussão extremamente positiva, pois a maior parte desses hospitais presta serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”.

A senadora informou ainda que o programa Farmácia Popular do Brasil, implementado pelo governo federal, “continua se expandindo”.

Aprovado voto de pesar pela morte de embaixador

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de voto de pesar pelo falecimento do embaixador brasileiro na Noruega, César de Faria Domingues Moreira. Ex-chefe de gabinete do senador durante quatro anos (1997 a 2000), quando este era presidente da Casa, Moreira estava à frente da embaixada em Oslo desde 2003. Morreu na capital norueguesa no último sábado de enfarte fulminante.

– O embaixador César Moreira foi um dos diplomatas mais preparados deste país. Exerceu funções em várias embaixadas, sempre se destacando como diplomata competente, sobretudo moralmente inatacável – disse Antonio Carlos.

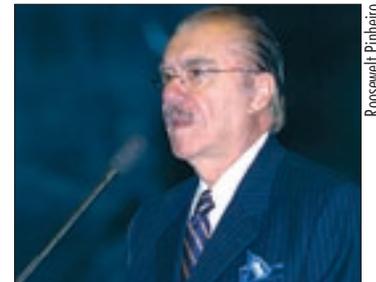
Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Flávio Arns (PT-PR) também manifestaram consternação com o falecimento do embaixador.



Mesquita Júnior diz que não se afastou do PSOL por idéias nem discordâncias

Mesquita Júnior anuncia decisão de ingressar no PMDB

O senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ingressou ontem no PMDB. Ele estava sem partido desde o segundo semestre do ano passado, quando deixou o PSOL. O senador assinalou que não foram as idéias nem as discordâncias que provocaram seu afastamento do PSOL, partido que ele disse ter ajudado a construir no Acre, mas “o desejo de não permitir que a exploração deliberadamente montada de um ato de fraqueza de uma criatura de caráter fraco” pudesse ser utilizada contra sua dignidade. Ele assegurou que suas filiações partidárias ao PSB, ao PT, ao PSOL e ao PMDB se deram “sempre por convicção, jamais por conveniência”.



Sarney lembra que deputado assaltado e espancado no Amapá é líder ruralista

José Sarney lamenta agressão sofrida por deputado do Amapá

O senador José Sarney (PMDB-AP) registrou em Plenário um episódio “lamentável” ocorrido na manhã de ontem no Amapá: o assalto à residência e o espancamento do deputado estadual Eider Pena (PDT). Segundo informou, a violência ocorreu na presença de familiares do parlamentar e o levou a ser internado em UTI.

Depois de pedir providências ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e defender a participação da Polícia Federal na investigação do caso, Sarney levantou duas hipóteses para a agressão: um simples caso de violência urbana ou um crime de conotação política, por ser o deputado um líder ruralista.

Geraldo Magela



Tuma distribui a representantes de entidades dicionário editado em braile pelo Senado

Tuma lança dicionário em braile na bienal do livro de São Paulo

Ao fazer o lançamento do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* transcrito para o sistema braile pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou do governo a distribuição de material didático na linguagem dos deficientes visuais. Ele também pediu às editoras que publiquem simultaneamente livros em tinta e em braile. O lançamento do dicionário ocorreu ontem no estande do Senado na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

O senador citou o exemplo de Daniel de Moraes Monteiro, auxiliar de projetos da Laramara, uma das entidades que receberam o dicionário. Deficiente visual,

Daniel é aluno de Direito e encontra dificuldades para acessar material de estudo referente a seu curso. Também obtiveram a obra em braile o Colégio Padre Chico e a Associação dos Deficientes Visuais Evangélicos.

O *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* – que reúne cerca de 10 mil verbetes e foi impresso em cinco volumes na linguagem braile – foi organizado pelo professor Joaquim Campelo Marques, vice-presidente do Conselho Editorial do Senado. Além de Tuma e de Campelo, estiveram presentes à solenidade de entrega o diretor-executivo da Seep, Júlio Werner Pedrosa, e o presidente do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Coutinho Madruga.

Paulo Octávio autografa obra de Juscelino em evento

Depois de autografar dezenas de exemplares do livro *Por que Construí Brasília*, do ex-presidente Juscelino Kubitschek, no último sábado, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) elogiou o trabalho do Conselho Editorial do Senado de resgatar obras que marcaram a literatura, a história e a política brasileira. O relançamento do livro ocorreu no estande do Senado na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

As netas de Juscelino – Júlia e Anna Christina – participaram da noite de autógrafos. O livro de JK detalha os antecedentes históricos que envolveram a construção de Brasília, a tramitação da legislação que viabilizou a construção da nova capital, a inauguração da cidade e a instalação dos Poderes Legislativo e Judiciário.

– Juscelino Kubitschek foi indicado como imortal para a Academia Brasileira de Letras, mas não

teve seu nome aprovado naquele que era um momento difícil da política brasileira. Hoje o país resgata suas obras e o Senado, com muita propriedade, entrega a tantos brasileiros a possibilidade de conhecer as idéias, os pensamentos e as construções desse que é o maior dos presidentes do país – afirmou Paulo Octávio.

A obra, que custa R\$ 20, também pode ser adquirida pela internet no endereço: www.senado.gov.br/publicacoes.

Direito Constitucional

O Senado também lançou em seu estande na bienal as edições atualizadas do *Curso de Direito Constitucional*, do *Curso de Direito Administrativo* e de *Licitações e Contratos Administrativos*, obras do professor Henrique Savonitti Miranda. Ao lado da Constituição de 1988, essas são as obras mais vendidas pela editora do Senado em feiras de livro.

Mudanças no Código do Consumidor e na recém-sancionada lei sobre gestão de florestas estão entre as matérias a serem examinadas pelos senadores

Pauta do Senado ganha 66 novas propostas na semana

Dez projetos de lei, 19 projetos de decreto legislativo, duas propostas de emenda à Constituição, 28 requerimentos, uma sindicância, um aviso, duas mensagens presidenciais, uma proposta de fiscalização e controle e duas petições foram apresentados à Secretaria Geral da Mesa do Senado de segunda-feira passada até ontem.

Entre os projetos de lei do Senado está o PLS 45/06, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que acrescenta ao Código de Defesa do Consumidor a determinação de que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. A senadora explica ser muito comum que empresas de serviços de TV a cabo ou de acesso à internet promovam ofertas para atrair novos clientes.

– Nesse caso, os clientes antigos desses serviços devem ter o direito de optar pelo tratamento oferecido aos novos clientes, com repactuação das cláusulas contratuais – destaca.

O PLS 45/06 está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Florestas públicas

Também tramita na CMA projeto de lei apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) que acrescenta dispositivo à lei de gestão de florestas públicas. A proposta prevê a exigência de prévia aprovação das concessões pelo Congresso quando a área em questão for superior a 2.500 hectares. Segundo Simon, é imprescindível que o Poder Legislativo exerça o controle efetivo sobre a concessão de florestas públicas, para evitar abusos. Por isso, sua proposta (PLS 44/06) determina ainda que o diretor-geral e demais diretores do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), nomeados pelo presidente da República, tenham suas indicações previamente aprovadas pelo Senado Federal.



Simon propõe controle do Congresso sobre gestão de florestas públicas

Simon também é o autor da proposta de fiscalização e controle apresentada à Mesa que prevê a instauração de procedimentos de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal por crimes contra o sistema financeiro.

Os 19 projetos de decreto legislativos apresentados na última semana tratam de pedidos de autorização para execução



Maria do Carmo: vantagens dos novos contratos também para antigos clientes

de serviços de radiodifusão sonora ou audiovisual, por parte de associações comunitárias de comunicação. As duas mensagens presidenciais encaminhadas no mesmo período apresentam candidatos para o cargo de embaixador do Brasil e para o preenchimento de cargo vago no Superior Tribunal Militar.

Com relação às petições apresentadas à Secretaria Geral da Mesa, a primeira é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que solicita a apuração de acusações contra sua honra, publicadas no jornal *Correio Braziliense*, no dia 5 de março. O documento está dirigido ao corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP). A outra solicitação foi encaminhada à Corregedoria da Senado Federal e é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele pede que seja apurada a veracidade de acusações contra sua pessoa contidas no discurso do senador Romero Jucá, pronunciado em Plenário na última quinta-feira.

Plenário aprovou 2.756 matérias no ano passado

A Secretaria Geral da Mesa do Senado disponibilizou na internet balanço das atividades da Casa em 2005. O estudo revela que metade (63) das 125 sessões deliberativas do ano tiveram a ordem do dia encerrada em razão de medidas provisórias trancando a pauta.

No ano passado os senadores aprovaram 2.756 proposições, sendo oito propostas de emenda à Constituição, 111 projetos

de lei do Senado, 81 projetos de lei da Câmara e 29 medidas provisórias ou projetos de lei de conversão. Os 1.361 requerimentos e as 1.040 concessões de radiodifusão ajudaram a elevar o número de matérias a quase 3 mil. No total, incluídas as sessões deliberativas, não deliberativas e especiais, o Plenário do Senado se reuniu 225 vezes em 2005, com 988 horas de trabalho. Foram 2.146 pronunciamentos,

429 intervenções para discutir matérias e 510 encaminhamentos de votação.

O Senado também apreciou e aprovou indicações de nomes de autoridades: 68 chefes de missões diplomáticas de caráter permanente (embaixadores) e 27 para cargos diversos, como diretores de agências reguladoras.

O link para o estudo está na página de abertura do portal do Senado (www.senado.gov.br).



Gilvam aponta incompetência da reitoria e lembra importância da instituição para o Amapá

Gilvam apóia reestruturação de universidade

Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou ontem a reitoria da Universidade Federal do Amapá (Unifap), considerando-a incompetente. O parlamentar responsabilizou a administração da universidade pelo risco de rebaixamento da instituição à categoria de núcleo de educação de ensino superior. Os prazos para que a Unifap tome as medidas para não deixar de ser universidade têm início esta semana. O senador também apelou ao Ministério da Educação para que apóie a reestruturação da instituição.

– O rebaixamento seria um borrão numa história valorosa – lamentou, ressaltando a importância da Unifap, que tem 11 anos de criação, para a educação no Amapá.

Gilvam Borges explicou que a principal razão para o rebaixamento, anunciado pelo Ministério da Educação, seria o número de professores com títulos de doutorado abaixo do mínimo exigido. Ele afirmou que é comum os professores concursados da Unifap ficarem pouco tempo na instituição, indo depois trabalhar em outros estados. Para o representante do Amapá, isso é problema de gerenciamento.

De acordo com Gilvam Borges, a notícia sobre a possibilidade de rebaixamento gerou apreensão e constrangimento na comunidade acadêmica da universidade, que tem reclamado, segundo informou o senador, da insuficiência de políticas públicas de incentivo à pesquisa científica e de recursos para o aperfeiçoamento do corpo técnico.

Senador diz que o setor avícola já teve queda de 7,4% nas exportações, com prejuízos de US\$ 525 milhões, e que 400 mil trabalhadores poderão ficar desempregados

Paim propõe audiência sobre riscos de expansão da gripe aviária

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs, em seu nome e no do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a realização de audiência pública conjunta pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a possibilidade de expansão da gripe aviária e seus riscos.

Paulo Paim citou matéria de capa da revista *IstoÉ* da semana passada segundo a qual especialistas anunciavam o risco de, em 18 meses, a gripe se expandir e se transformar em pandemia, capaz de matar 50 milhões de pessoas. O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), presidente da Subco-



Paim teme a possibilidade de uma pandemia de gripe aviária, capaz de matar 50 milhões de pessoas

missão de Saúde da CAS, informou que já havia apresentado requerimento pedindo a audiência e sugeriu que Paim o subscrevesse.

O objetivo da audiência pública será pedir esclarecimentos às autoridades de saúde e aos empresários do setor sobre as medidas que o Brasil vem tomando para

prevenir o avanço da gripe aviária no país. Paim ressaltou que já foram afetados 30 países com prejuízos de US\$ 10 bilhões. Ele citou dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), segundo os quais, no Brasil, há 4 milhões de empregos ligados à cadeia avícola e

é possível que 400 mil trabalhadores percam seus empregos. O parlamentar informou ainda que já houve uma queda de 7,4% nas exportações do setor, com prejuízos de US\$ 525 milhões.

– Para que as empresas suportem a crise, haverá diminuição da produção e demissão em massa de trabalhadores – advertiu.

Paulo Paim manifestou preocupação com a vida e a saúde de milhares de pessoas em vista da ameaça da contaminação pela gripe aviária, diante da possibilidade de o vírus H5N1 migrar do hemisfério norte para o hemisfério sul.

Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Papaléo Paes, Gilvam Borges (PMDB-AP) e Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiaram a realização da audiência pública para despertar a sociedade para o assunto.



Suassuna responsabiliza a falta de programação do governo pela carência de sementes

Suassuna pede sementes para o Nordeste

Ao anunciar a ocorrência de chuvas em regiões de seu estado, Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ao Ministério da Agricultura para que disponibilize sementes aos pequenos agricultores da região, para que possam aproveitar o momento adequado para o plantio.

– Peço que façam chegar rapidamente sementes não só ao meu estado, mas a todo o Nordeste. Temos que aproveitar a vontade de trabalho de nosso povo para produzir alimentos em poucos meses – afirmou.

Papaléo alerta sobre defasagem nas tabelas do SUS

A Federação Brasileira de Hospitais (FBH) vem alertando o país para uma possível crise no setor caso as tabelas de honorários do Sistema Único de Saúde (SUS) não sejam reajustadas urgentemente, segundo comunicou ontem o senador Papaléo Paes (PSDB-AP). De acordo com ele, a FBH congrega 1.200 hospitais filantrópicos e 1.700 privados que prestam atendimentos pelo SUS.

– A FBH informou que a dívida dos hospitais privados vem crescendo a cada dia. Lamentavelmente, o governo tem negligenciado o problema e procura sempre ignorar os reiterados apelos dos hospitais filantrópicos e privados – disse o senador.

Papaléo ressaltou que a rede de hospitais privados é responsável por

cerca de 85% dos atendimentos à população e realiza, em média, 1 milhão de cirurgias por mês. Ele disse lamentar que, de 2000 até hoje, cerca de mil hospitais privados tenham deixado de atender pelo SUS, devido à grande defasagem das tabelas de honorários.

– Os maiores prejudicados foram os usuários de baixa renda, que viram centenas de hospitais encerrarem suas atividades – afirmou Papaléo Paes.

Ele informou que o próprio ministro da Saúde, Saraiva Felipe, já admitiu



Papaléo prevê que, se tabelas de honorários não forem reajustadas, setor poderá enfrentar grave crise

que as tabelas do SUS estão defasadas em, pelo menos, 110%.

Entretanto, o ministro teria afirmado que o reajuste das tabelas traria sérios prejuízos para o seu ministério.

– Na maioria dos hospitais, para cada R\$ 100 de custo na assistência de um paciente, o ressarcimento do SUS é, em média, de apenas R\$ 55 – alertou

o parlamentar.

Apartearam o pronunciamento de Papaléo os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Flávio Arns (PT-PR) e Heloísa Helena (PSOL-AL).



Sibá destaca a celeridade na implantação do programa de inclusão elétrica

Sibá elogia resultados do Luz para Todos

Sibá Machado (PT-AC) enalteceu o programa Luz para Todos, criado em 2004 pelo governo, cuja meta é levar energia para as comunidades rurais. Ele afirmou que o programa deverá acabar com a exclusão elétrica no país, levando energia para cerca de 10 milhões de pessoas até 2008. Lembrou ainda que já foram beneficiados 2,4 milhões de pessoas.

– Já foram criados 89 mil empregos em função da inclusão de milhares de residências. No Acre, o programa beneficiou 200 famílias – assinalou.

Encontro em Curitiba debate biossegurança

O 3º Encontro das Partes, que vai definir a posição dos países em relação a vários pontos do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, foi aberto ontem, em Curitiba. O Brasil leva ao evento algumas divergências, principalmente no tocante à identificação dos alimentos geneticamente modificados.

O protocolo é um tratado ambiental, que faz parte da Convenção sobre Diversidade Biológica, foi aprovado em janeiro de 2000 e entrou em vigor em

setembro do ano seguinte. O principal objetivo é contribuir para assegurar um nível de proteção adequado em relação à transferência, à manipulação e ao uso dos organismos vivos modificados geneticamente (OGMs). Especialistas preocupam-se com os efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica desses procedimentos, especialmente em relação à saúde humana.

Outras duas reuniões já foram realizadas. Em 2004, na Malásia,

discutiram-se aspectos operacionais referentes ao protocolo e identificação de OGMs. Em 2005, no Canadá, debateu-se a identificação de OGMs destinados à alimentação humana e animal e ao processamento e criação de um regime de responsabilidade e compensação por danos causados.

Esse terceiro encontro busca avançar as negociações, priorizando a responsabilização sobre prejuízos ao ser humano ou ao meio ambiente em razão da manipulação de OGMs.